



FRÚGOLI JR., Heitor; ANDRADE, Luciana Teixeira & PEIXOTO, Fernanda Arêas (orgs.). *A cidade e seus agentes: práticas e representações*, Belo Horizonte/São Paulo, PUC Minas/EDUSP, 2006, 408 pp.

Giancarlo Marques Carraro Machado
Universidade de São Paulo

*Paris muda! Mas nada em minha nostalgia
Mudou! Novos palácios, andaimes, lajedos,
Velhos subúrbios, tudo em mim é alegoria,
E essas lembranças pesam mais do que rochedos.*
(Baudelaire, 1985, p. 327)



Em meados do século XIX, Paris deixa de ser familiar para os próprios parisienses. Nessa época, a cidade passava por uma série de transformações para se adequar ao ideal urbanístico de Georges Haussmann, barão que se autodenominava “artista demolidor” (Benjamin, 1985). Com vistas a uma remodelação sistemática de seus espaços, muitos edifícios foram demolidos, alguns bairros foram devastados, e antigos moradores de áreas centrais foram expulsos de suas casas, dando lugar a uma extensa rede de bulevares. Diante do imperialismo napoleônico, num contexto marcado pela forte especulação, Paris vivenciava um momento de “embelezamento estratégico”, que interferia nas formas de sociabilidade e disciplinava os usos dos espaços urbanos por parte de seus habitantes. O poeta Baudelaire (1821-1867) presenciou essas transformações e demonstrou, por meio de seus escritos, um olhar de estranhamento e um drama espiritual em face das mudanças que estavam sendo implantadas, as quais resultavam, muitas vezes, em conflitos entre classes domi-



nantes e dominadas. Com muita clareza, Baudelaire nos transmite, como expresso nos versos da epígrafe, que “a modernização da cidade simultaneamente inspira e força a modernização da alma dos seus cidadãos” (Berman, 1986, p. 168).

Não é de hoje, portanto, que observamos a instauração de certas tensões e dilemas em torno dos usos e das apropriações dos espaços urbanos. Como bem frisado por Leite (2002, p. 115), as políticas contemporâneas pautadas na “revitalização” dos patrimônios e dos espaços retomam, em outro contexto e com outras perspectivas, “o princípio social higienizador de Haussmann, para adequar as cidades às demandas e aos fluxos internacionais de turismo e consumo urbano”.

Para tratar dessas e de outras questões que tanto afligem pesquisadores ligados à temática dos estudos urbanos nas ciências sociais, foi lançado em 2006 o livro *A cidade e seus agentes: práticas e representações*, cuja organização ficou a cargo de Heitor Frúgoli Jr., Luciana Teixeira de Andrade e Fernanda Arêas Peixoto. A obra deriva de um trabalho feito em parceria com diversos outros autores através de discussões emergidas de dois fóruns de pesquisas no âmbito da Reunião Brasileira de Antropologia, realizada nos anos de 2002 e 2004, respectivamente.

Diversas cidades brasileiras e estrangeiras compõem o conjunto de análises que se guiam por uma perspectiva antropológica, sendo muitas delas com um viés etnográfico. De modo geral, o livro é distribuído a partir de enfoques diferenciados, mas que não deixam de dialogar entre si. Questões como intervenções urbanas e patrimônios (sob o pretexto de “revitalização”, “requalificação”, entre outros termos astuciosos) constituem o primeiro ponto abordado, momento no qual a associação entre cidades e modernidade é problematizada por meio de exemplos de projetos – formulados a partir da lógica do Estado – que trouxeram, como consequência, interferências nas práticas cidadinas cotidianas. Nesse contexto se revelam a atuação e a mobilização de grupos sociais





diante de certas políticas públicas, e como eles se posicionam estrategicamente, seja resistindo ou se articulando, a partir de um conjunto de significados oriundos de suas experiências.

Ainda na apresentação do livro, como forma de provocação aos leitores antes de se deleitarem com os artigos, os organizadores questionam: “como combinar efetivamente a leitura do espaço – projetos urbanísticos, remodelação das fachadas, intervenções públicas e privadas – com o exame dos usos, experiências e percepções desses espaços pelos diversos agentes?” (p. 10). O próprio questionamento já nos revela que *espaços, práticas e agentes* (desde o Estado até os moradores de áreas periféricas) se encontrarão imbricados nas múltiplas análises que estão por vir, as quais exprimem, de modo geral, a cidade como palco de embates, uma “arena de disputas sociais, políticas e simbólicas” (p. 11). Não obstante, o livro ainda se orienta por artigos que exploram os desdobramentos de processos contemporâneos de segregação e de distinção, que se expressam na análise de espaços exclusivos e na investigação de demarcações de fronteiras entre zonas divergentes por grupos diversos, o que implica, de certo modo, *aproximações e distanciamentos* (Simmel, 1983) entre os cidadãos.

A primeira parte do livro, intitulada “Intervenções urbanas e patrimônio”, abrange textos que versam sobre os impactos de projetos urbanos formulados a partir de mediações entre o poder público e a iniciativa privada, contexto do qual emergem certas implicações em torno do conceito de *gentrification*. As análises dos embates em espaços públicos e dos atingidos pelas intervenções revelam não só formas de segregação e interesses econômicos por detrás de ideais urbanísticos, mas também como os cidadãos se colocam diante de tais processos. “Margens do dissenso: espaço, poder e enobrecimento urbano”, artigo de Rogério Proença Leite, aborda um caso notável de *gentrification* ocorrido no Bairro do Recife, na capital de Pernambuco, cuja alegação para o decur-





so de enobrecimento da região se regula pelo conceito de tradição, aliada à ideia de patrimônio histórico, como uma mercadoria cultural. Todavia, as áreas enobrecidas são alvos de contra-usos por parte de alguns setores da população, que interagem com os espaços a partir de lógicas que muitas vezes se distanciam dos usos oficialmente esperados.

Tarcísio R. Botelho, em seu artigo “A revitalização da região central de Fortaleza (CE): novos usos dos espaços públicos da cidade”, foca os desdobramentos de um projeto de “recuperação” de áreas degradadas da capital cearense e as formas como as pessoas se apropriam dos espaços que se tornaram “revitalizados”. O mote de sua pesquisa gira em torno da construção de um grande equipamento cultural, com atrações destinadas sobretudo aos turistas, que virou alvo de conflitos entre segmentos distintos da cidade (mais especificamente entre proprietários de bares e restaurantes, de um lado, e vendedores ambulantes, de outro).

Em “Os dois lados da linha do trem: história urbana e intervenções contemporâneas em Campinas (SP)”, Silvana Rubino averigua aspectos da política de *gentrification* em duas paisagens campineiras separadas por uma linha do trem: o Centro da cidade (“paisagem de poder”), o qual engloba discursos como “globalização” e “centralidade”, em contraposição a uma Vila Industrial (“paisagem vernacular”), cujas políticas para tal se expressam pela ideia de “preservação” da comunidade. Nesta trama aparecem discursos e práticas que ora se aproximam, ora se distanciam, mas sem deixar de evocar a cidade tanto em momentos passados e presentes quanto em um plano local e global.

O artigo “Procesos de transformación urbana en lugares centrales y periféricos del área metropolitana de Buenos Aires: ¿ganó el urbanismo escenográfico?”, de Mónica B. Lacarrieu, María Carman e María F. Girola, trata do processo de renovação urbana efetuado no centro e na periferia da capital argentina, consolidado através da parceria entre o poder público e a iniciativa privada, em que prevalecem os valores esté-





ticos sobre os éticos. As autoras questionam o alcance do conceito “urbanismo cenográfico”, em que a cultura e seus recursos são tratados como supostas respostas aos problemas da cidade.

Já Laura Graziela Gomes, em seu texto “*La Maison des Métallos*: representações e estratégias de preservação do patrimônio no leste parisiense”, examina a mobilização de habitantes da região Leste de Paris, tendo em vista a preservação da *Maison des Métallos*, um dos redutos do movimento sindical francês, contra o enobrecimento da região em que ela está instalada. A autora demonstra como o espaço público e as políticas urbanas foram sendo repolitizadas no curso da batalha pela preservação do patrimônio, mobilizando assim uma heterogeneidade de atores que se postaram a favor ou contra a *gentrification* na localidade.

O artigo de Antonio Maurício Dias da Costa, “Uma metrópole na floresta: representações do urbano na Amazônia”, realça duas percepções e representações díspares de Belém: enquanto a primeira, vinculada ao passado, enaltece os seus tempos áureos e prósperos, a segunda enfatiza alguns dos atuais usos da cidade, os quais são vistos, genericamente, como forma de descaso e indiferença em relação ao patrimônio histórico-arquitetônico. Nesse sentido, o autor nos mostra como esses comportamentos citadinos, vistos por administradores públicos como “destrutivos”, contrariam a versão “oficial” que trata Belém como uma “cidade-monumento” e se configuram como múltiplas concepções nativas sobre o espaço público.

A segunda parte do livro, nomeada “Imaginário, história e memória”, é composta por artigos que investigam uma gama de cidades através da dimensão do imaginário, com notável recorrência à história e à memória referentes aos espaços urbanos e aos seus respectivos usos. Por meio desta perspectiva, com efeito, são feitas análises dos discursos e das representações que tornam visíveis aspectos em torno de planejamentos urbanos que são perpassados por imagens e metáforas, as quais também





se relacionam às apropriações contemporâneas dos espaços das cidades. Fernanda Arêas Peixoto abre esta parte com o artigo “As cidades nas narrativas sobre o Brasil”, em que busca refletir sobre a imaginação social projetada por meio das imagens das cidades. A autora vislumbra situar os simbolismos dos espaços urbanos no âmbito do pensamento social brasileiro, sem deixar de se remeter às alterações geradas nas representações e nos discursos construídos ao longo do tempo sobre as cidades.

No texto em seguida, “Do impacto da modernidade sobre a civilidade das elites de São Paulo no século XIX”, Fraya Frehse toma como ponto de partida a São Paulo oitocentista, cidade onde algumas mudanças ligadas ao advento da modernidade se deram relativamente de maneira rápida, o que trouxe, como consequência, certos impactos nas regras de civilidade. A autora elenca vários padrões de comportamentos e interações e ainda recorre às memórias de atores oriundos de famílias influentes da época, os quais faziam das ruas um espaço de desfile em que exibiam seus corpos e demarcavam suas posições.

Geert A. Banck, em “Dois planos urbanísticos de Vitória: saúde e praia como metáforas do imaginário urbano”, focaliza dois projetos implantados na cidade de Vitória: o Novo Arrabalde, datado de 1896, cujo plano era a criação de um espaço urbano distinto do centro histórico da cidade; e outro, feito quase um século após, referente à urbanização de um aterro à beira do mar, que possibilitou o aparecimento de áreas de consumo e lazer. Em ambos os casos nota-se a valorização do imaginário da praia – ligado à concepção de “saúde” – expressa nas premissas políticas que influenciaram a formatação dos projetos urbanos em diferentes épocas.

Tal como no texto anterior, Izabela Tamasso, em “A Cruz do Anhanguera: representações, experiências, memórias, patrimônio”, também leva em conta uma dimensão temporal ao problematizar certos aspectos simbólicos da Cruz do Anhanguera. A autora evidencia como esse bem





cultural do estado de Goiás, que também é considerado patrimonial, é representado de maneiras díspares, através da visão dos defensores da Cruz e do Anhanguera em contraste com a dos defensores dos vitimados pelo bandeirante paulista. Enquanto se travava esse embate em virtude do simbolismo e do “mito de origem” do monumento, parte da população revelava mais as memórias, as apropriações e as experiências vividas no “lugar” em que ele se encontrava.

A terceira e última parte do livro, “Segregação espacial e dinâmicas culturais”, é perpassada por debates centrados nas produções de fronteiras, sejam elas físicas ou simbólicas, que trazem como efeito processos de segregação social e espacial. Não obstante, as abordagens contemplam temáticas relativas ao espaço em diferentes contextos, sejam áreas periféricas, favelas, bairros, condomínios fechados etc., o que traz à tona dilemas recorrentes sobre o rural e o urbano, o local e o global, o público e o privado, dentre outros.

Heitor Frúgoli Jr., em “A arena em torno do futuro Plano Diretor de São Bento do Sapucaí (SP): novos significados da relação entre cidade e campo”, apresenta dados de sua pesquisa etnográfica em um contexto urbano marcado por disputas pela consolidação de seu Plano Diretor. Nas representações sobre a cidade estudada há notáveis contradições entre os “de dentro” (moradores antigos) e os “de fora” (moradores recentes), sendo que os primeiros defendem o meio ambiente como espaço de trabalho e almejam a “urbanização” da cidade, ao passo que os últimos percebem o meio ambiente como local de repouso, visando ao turismo, o que fortalece a ideia de “ruralidade”.

Assim como no texto anterior, o artigo “Estilos de vida nos condomínios residenciais fechados”, de Luciana Teixeira de Andrade, também realça as polêmicas advindas das distinções entre os “pioneiros urbanos” e os moradores recentes de um condomínio fechado situado na zona metropolitana da capital mineira. Enquanto os antigos procuravam uma





moradia em um ambiente calmo e próximo da natureza, os novos sentiam-se motivados pela suposta segurança e *status* adquirido por se morar no condomínio. Nesse ínterim, a autora destaca não só as relações internas de aproximações e distanciamentos no espaço privatizado de habitação, mas também as concepções dos moradores sobre seus estilos de vida.

Em seguida, “A gramática nativa: reflexões sobre as categorias morro, rua, comunidade e favela”, de Fernanda Delvalhas Piccolo, discute a já difundida, porém não esgotada, relação entre as favelas e os bairros nos quais elas se inserem na cidade do Rio de Janeiro. Através de uma etnografia, a autora problematiza as representações e o acionamento estratégico de categorias – como “comunidade”, “favela”, “morro”, “asfalto”, “rua” – conforme a situação em que os cidadãos se encontram.

A pesquisa de Maria Celeste Mira, “Ongueiros, festeiros e simpatizantes: o circuito urbano da ‘cultura popular’ em São Paulo”, analisa certas imprecisões em torno dos agenciamentos da “cultura popular” por parte de ONGs, grupos culturais, poder público e iniciativa privada. A “cultura popular” é ora concebida com fins claramente econômicos (como o fomento ao setor de turismo) e de distinções sociais, ora é apropriada de modo a valorizar a busca da “tradição”, o resgate de uma sociabilidade tradicional pautada não só pelo interesse em uma “vida comunitária”, mas também pela “preservação da natureza”.

O último artigo ficou a cargo de Cibele Saliba Rizek e Joana da Silva Barros. Em “Mutirões autogeridos: construindo e desconstruindo sociabilidades”, as autoras examinam etnograficamente dois mutirões em São Paulo, distanciando-se da “objetividade” da produção de certos dados quantitativos referentes aos déficits de habitação social nas metrópoles brasileiras. Com efeito, elas questionam certas “boas práticas”, ou seja, a autogestão através de mutirões, cujo sentido muitas vezes é tido





como uma “mitologia emancipatória”, ocultando disputas através de discursos que exaltam a premissa da autonomia.

Os artigos que compõem o livro *A cidade e seus agentes: práticas e representações* trouxeram valiosas contribuições à antropologia – sobretudo à antropologia *da* cidade – por contemplarem múltiplas questões relacionadas aos espaços urbanos, os quais não devem ser considerados apenas como um pano de fundo onde ocorrem processos de natureza sociocultural, mas também como algo expresso por meio de um conjunto de representações e narrativas nativas, conforme já aventado por Frúgoli Jr. (2005, p. 133). Portanto, distanciando-se de concepções que tratam as cidades como uma mera abstração teórica, o livro se destaca, num plano amplo, por mostrá-las em processo, da forma como são vividas e sentidas pelos cidadãos que as fazem (Agier, 2011).

Referências bibliográficas

- AGIER, Michel
2011 *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*, São Paulo, Editora Terceiro Nome.
- BAUDELAIRE, Charles
1985 *As Flores do Mal*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira.
- BENJAMIN, Walter
1985 “Paris, capital do século XIX”, in KOTHE, Flávio (org.), *Walter Benjamin*, Col. Grandes Cientistas Sociais, Ed. Ática, pp. 30-43.
- BERMAN, Marshall
1986 *Tudo que é sólido desmancha no ar*, São Paulo, Cia. das Letras.



REVISTA DE ANTROPOLOGIA, SÃO PAULO, USP, 2012, v. 55 Nº 2.

FRÚGOLI JR, Heitor

2005 "O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia", *Revista de Antropologia*, São Paulo, vol. 48, pp. 133-165.

LEITE, Rogerio Proença

2002 "Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Mangue-town", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, n. 49, pp. 115-134.

SIMMEL, Georg

1983 [1908] "O estrangeiro", in MORAES, Evaristo (org.), *Sociologia: Simmel*, São Paulo, Ed. Ática.



- 1142 -

